

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TRATAMENTO DO CISTO PILONIDAL - PILONODOTOMIA A LASER OU TRATAMENTO ENDOSCÓPICO DO CISTO PILONIDAL.

Por este instrumento particular o (a) paciente _____ ou seu responsável Sr. (a) _____, declara, para todos os fins legais, especialmente do disposto no artigo 39, VI, da Lei 8.078/90 que dá plena autorização ao (à) médico(a) assistente, Dr.(a) Fabrício Doin Paz de Oliveira, inscrito(a) no CRM- SC sob o no 16.917 para proceder as investigações necessárias ao diagnóstico do seu estado de saúde, bem como executar o tratamento cirúrgico designado "TRATAMENTO DO CISTO PILONIDAL - PILONODOTOMIA A LASER OU TRATAMENTO ENDOSCÓPICO DO CISTO PILONIDAL", e todos os procedimentos que o incluem, inclusive anestésias ou outras condutas médicas que tal tratamento médico possa requerer, podendo o referido profissional valer-se do auxílio de outros profissionais de saúde. Declara, outrossim, que o referido (a) médico (a), atendendo ao disposto nos arts. 22º e 34º do Código de Ética Médica e no art. 9º da Lei 8.078/90 (abaixo transcritos) e após a apresentação de métodos alternativos, sugeriu o tratamento médico-cirúrgico anteriormente citado, prestando informações detalhadas sobre o diagnóstico e sobre os procedimentos a serem adotados no tratamento sugerido e ora autorizado, especialmente as que se seguem:

DEFINIÇÃO: O cisto pilonidal é caracterizado pelo surgimento na região do cóccix (entre o final da coluna vertebral e a parte superior das nádegas) e no interior da pele de uma lesão sólida de consistência borrachosa, recoberta por uma membrana, em cujo interior podem ser encontrados elementos como pus, pêlos, pele morta e glândulas. Também pode formar um trato até a parte externa do corpo do paciente, fazendo com que, na pele, sejam eliminados parte do pus e dos elementos em seu interior. O tratamento minimamente invasivo do cisto pilonidal consiste na identificação dos orifícios contendo os resíduos de pele e pelos, além da identificação de todo o cisto em si e o tratamento com laser ou com um método endoscópico (EPSIT).

COMPLICAÇÕES: Complicações que podem surgir com o tratamento cirúrgico do cisto pilonidal: Dor, muitas vezes de difícil controle, mesmo com uso de analgésicos; com necessidade de afastamento do trabalho de 14 a 60 dias, a depender da evolução cirúrgica de cada paciente; deformidade na região interglútea, retenção urinária - trancar a urina; infecção urinária; constipação e impactação fecal (fecaloma) - dificuldade para soltar os gases e as fezes; hemorragia - sangramento; infecção; abscesso no local ou a distância; necessidade de reoperação; edema - inchaço; plicomas anais - peles ao redor do ânus, que por vezes, podem causar desconforto local e inchaço; p fissura anal - corte no canal anal que não fecha após a cirurgia; pseudopólipos - pequenas "verrugas" na região operada; cistos epidérmicos - bolas na pele ao redor da cirurgia; fístula anal - comunicação do reto com a pele operada; fístula reto-vaginal - comunicação do reto com a vagina; prurido anal - coceira na região; incontinência anal, podendo ser transitória ou definitiva - perda de fezes involuntária; hemorroidas recorrentes(recidiva) - retorno das hemorroidas internas ou externas e tempo prolongado de cicatrização da ferida operatória - dificuldade para cicatrizar a ferida. Existem ainda a possibilidade de complicações sistêmicas que estão relacionadas a qualquer procedimento cirúrgico, entre elas estão infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica transitória, trombose venosa profunda, embolia pulmonar, infecção e óbito. Infecção relacionada à assistência á saúde

Por ser uma cirurgia contaminada, a chance de infecção - seja abscesso local, celulite ou infecção sistêmica, pode chegar até 10 a 17%.

Mesmo tomando-se todas as medidas possíveis para a prevenção de infecções, tanto por parte do cirurgião e equipe, quanto por parte do hospital, esse risco existe e deve sempre ser considerado.

Declaro ainda, ter lido as informações contidas no presente instrumento, as quais entendeu perfeitamente e aceitou, compromissando-se respeitar integralmente as instruções fornecidas pelo(a) médico(a), estando ciente de que sua não observância poderá acarretar riscos e efeitos colaterais a si (ou ao paciente). Entende que tem o direito a recusar o tratamento proposto a qualquer momento antes da cirurgia.

Declaro, igualmente, estar ciente de que o tratamento adotado não assegura a garantia de cura, e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o (a) médico (a) a modificar as condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a), desde já, a tomar providências necessárias para tentar a solução dos problemas surgidos, segundo seu julgamento.

Finalmente, declaro ter sido informado a respeito de métodos terapêuticos alternativos e estar atendido em suas dúvidas e questões, através de linguagem clara e acessível.

Assim, tendo lido, entendido e aceito as explicações sobre os mais comuns RISCOS E COMPLICAÇÕES deste procedimento, expressa seu pleno consentimento para sua realização.

Concórdia (SC) _____ de _____ de _____.

Ass. Paciente e/ou Responsável

Nome: _____

RG/CPF: _____

Ass. Medico Assistente

Nome: Fabrício Doin Paz de Oliveira ,
CRM- SC 16.917

Código de Ética Médica – Art. 22. É vedado ao médico deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.

Art. 34. É vedado ao médico deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal.

Lei 8.078 de 11/09/1990 – Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Art. 9o - O fornecedor de produtos ou serviços potencialmente perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

Art. 39o - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.